

Brasília – DF, 26 de abril de 2018.

Aos
Dirigentes da
Confederação Brasileira de Triathlon
Brasília – DF

Prezados senhores,

Encaminhamos o Relatório de Auditoria com a apresentação dos testes realizados nas demonstrações contábeis, bem como na documentação de suporte às transações e nos processos administrativos, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2017.

Os tópicos que julgamos relevantes estão descritos neste Relatório de Auditoria, que tem como escopo demonstrar o nível de confiabilidade dos controles internos e a consistência de procedimentos.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. Para tanto, foram utilizados o processo de amostragem, a verificação nos registros e, o exame nos procedimentos contábeis e na base documental em profundidade julgada necessária.

Os resultados são apresentados conforme sumário do relatório e a conclusão do auditor já observa as normas em vigor.

Dúvidas e questionamentos poderão ser discutidos e avaliados em conjunto com nossa equipe.

ACRON ASSESSORIA EMPRESARIAL E CONTABIL LTDA
CRC/DF nº 001653

DANIEL CHAVES FERNANDES
Contador CRC/DF nº 018068

Confederação Brasileira de Triathlon

Relatório de Auditoria Independente

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2017

Aos
Dirigentes da
Confederação Brasileira de Triathlon
Brasília – DF

Prezados Senhores,

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Triathlon, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração do resultado, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis auditadas neste Relatório de Auditoria, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Triathlon em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Assim, para o exercício de 2017, **nossa opinião não contém ressalva.**

Base para opinião

Concluídos os exames, não identificamos ajustes relevantes a serem processados no movimento contábil do período auditado.

Das normas aplicáveis à Opinião pelos auditores independentes

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 700, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.231, de 27/11/2009, é transcrita “*in verbis*” adiante:

O auditor deve modificar a opinião no seu relatório de auditoria de acordo com a NBC TA 705 se:

a) concluir, com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes; ou

b) não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.

Na mesma direção e de forma complementar, a Resolução CFC nº 1.232 de 27/11/2009, que aprovou a NBC TA 705, trata a Opinião Modificada da seguinte forma, “in verbis”:

- Opinião com ressalva
- Opinião adversa
- Abstenção de opinião

Como se depreende das normas a emissão da Opinião deve tomar por base avaliação crítica e restrita aos fatos levantados nos exames efetuados e o conseqüente impacto nas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração também é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a mesma ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela administração da entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera o sistema de controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Vale ressaltar que os trabalhos de auditoria incluem, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Assim, findo o trabalho, consideramos que a evidência de auditoria obtida nos exames realizados é suficiente e apropriada para fundamentar.

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do período encerrado em 31/12/2016 foram por auditadas Invest Auditoria.

Brasília – DF, 26 de abril de 2018.

ACRON ASSESSORIA EMPRESARIAL E CONTABIL LTDA
CRC/DF nº 001653

DANIEL CHAVES FERNANDES
Contador CRC/DF nº 018068

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. A ENTIDADE

2.1 – DAS INFORMAÇÕES INICIAIS SOBRE A ENTIDADE

2.2 – DOS RECURSOS DA ENTIDADE

2.3 – DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

3. RELATÓRIO DE AUDITORIA

3.1 – ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 – Disponibilidades

3.1.1.1 – Caixa

3.1.1.2 – Bancos

3.1.1.3 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

3.1.2 – Outros Créditos

3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

3.2.1 – Imobilizado

3.3 – PASSIVO CIRCULANTE

3.3.1 – FORNECEDORES

3.3.2 – Obrigações Trabalhistas

3.3.3 – Obrigações Fiscais

3.3.4 – Obrigações Sociais

3.3.5 – Empréstimos E Financiamentos A Curto Prazo

3.3.6 – Outras Obrigações

3.4 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

3.4.1 – Títulos a Pagar a Longo Prazo

3.5 – PATRIMÔNIO SOCIAL

3.6 – RECEITAS

3.7 – DESPESAS

3.8 – CERTIDÕES NEGATIVAS

4. CONTROLE INTERNO

4.1 - Assinatura dos Recibos

1. INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Triathlon, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017, comparativamente ao exercício anterior e a respectiva Demonstração do Resultado do Exercício, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes.

Nesse sentido, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos:

- a. o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade;
- b. a constatação, com base nos testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e,
- c. a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Como conclusão dos trabalhos de auditoria realizados nessa entidade, apresentamos este relatório com comentários sobre as análises efetuadas no decurso normal dos trabalhos de auditoria.

Ressalta-se que esta auditoria foi realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, onde foi utilizado o processo de amostragem, na verificação dos registros, nos exames dos procedimentos contábeis e na base documental, em profundidade julgada necessária, com o objetivo de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2. A ENTIDADE

2.1 – DAS INFORMAÇÕES INICIAIS SOBRE A ENTIDADE

Constituída em 14/06/1991, a Confederação Brasileira de Triathlon, com sede anterior no município de Vila Velha/ES, está sediada atualmente na cidade de Brasília/DF, no endereço: SGAS 616 Bloco B, Sala 223 – Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70200-760.

A Confederação Brasileira de Triathlon é apresentada à sociedade da seguinte forma:

A Confederação Brasileira de Triathlon (CBTri) é o órgão máximo do Triathlon no Brasil, filiada à International Triathlon Union (ITU), Confederación Americana de Triathlon (CAMTRI), e aos Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) nacionais.

A CBTri é o órgão responsável por supervisionar e organizar todos os aspectos relativos à prática e gestão da modalidade Triathlon no território brasileiro, bem como representar a respectiva, para todos os fins, no exterior.

Fundada em 14 de junho de 1991, teve como seu primeiro presidente o Baiano João Calazans Filho, que comandou a entidade até 1998. Em 1999, a CBTri passou a ser presidida pelo capixaba Carlos Fróes, que permaneceu até abril de 2017, quando assumiu o carioca Marco Antônio La Porta.

A eleição de Marco Antônio La Porta (presidente) e Ernesto Pitanga (vice-presidente) marca uma nova era para o Triathlon brasileiro com a profissionalização da gestão para atender às necessidades do esporte moderno e total alinhamento com as novas diretrizes do esporte mundial, pautadas por governança atuante e transparente.

Sob a governança da CBTri estão hoje 25 Federações Estaduais e mais de 3 mil atletas filiados. O Triathlon brasileiro figura hoje entre as 10 nações mais fortes do mundo e o potencial de crescimento da modalidade no Brasil é enorme. São mais de 20 mil praticantes em todo o país, além de milhares de simpatizantes desse esporte que combina modalidades apaixonantes, e que estão entre as mais praticadas pelo brasileiro.

Assim como o esporte que representa, o Triathlon Brasil tem o comprometimento, dedicação e força necessárias para levar a modalidade a um novo patamar dentro do país e estar entre as cinco potências mundiais em desenvolvimento e resultado esportivo até os Jogos Olímpicos de 2024.

(Disponível em: <http://www.cbtri.org.br/cbtri.asp>; acesso em 24/04/2018)

2.2 – DOS RECURSOS DA ENTIDADE

O patrimônio da entidade está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	2016	2017
ATIVO	305.908,96	409.302,74
ATIVO CIRCULANTE	228.708,57	315.916,92
DISPONIBILIDADES	228.675,62	300.321,74
Caixa	236,63	1.641,57
Bancos	80.801,24	287.672,18
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	147.637,75	11.007,99
DESPESAS ANTECIPADAS	32,95	32,95
Despesas Antecipadas	32,95	32,95
OUTROS CRÉDITOS	0,00	15.562,23
Outros Créditos	0,00	15.562,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE	74.223,22	90.408,65
IMOBILIZADO	74.080,63	90.266,06
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	160.283,72	171.042,89
Móveis e Utensílios	36.369,53	41.795,79
(-) Depreciação Acumulada	(122.572,62)	(122.572,62)
INTANGÍVEL	142,59	142,59
(-) Amortizações Acumuladas	(1.532,55)	(1.532,55)
Softwares	1.675,14	1.675,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2.977,17	2.977,17
Bens em Posse da Entidade Pertencentes a Terceiros	2.977,17	2.977,17

PASSIVO	305.908,96	409.302,74
PASSIVO CIRCULANTE	63.077,25	83.110,53
FORNECEDORES	22.678,64	1.997,19
Fornecedores	22.678,64	1.997,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	18.362,70	7.119,83
Salários e Ordenados a Pagar	18.362,70	7.119,83
OBRIGAÇÕES FISCAIS	1.226,77	12.726,34
Impostos e Contribuições a Recolher	1.226,77	12.726,34
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	16.655,80	36.451,85

INSS a Recolher	13.776,55	25.015,46
FGTS a Recolher	2.473,19	11.436,39
PIS Folha Pagamento - a Recolher	406,06	0,00
CONTAS A PAGAR	4.153,34	0,00
Outras contas a pagar	3.437,68	0,00
Telefonica Brasil S/A	715,66	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	8.900,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	8.900,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	15.915,32
Outras Contas a Pagar	0,00	15.915,32
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	123.202,70
Títulos a Pagar a Longo Prazo	0,00	123.202,70
Títulos a Pagar a Longo Prazo	0,00	123.202,70
PATRIMÔNIO SOCIAL	239.854,54	200.012,34
Patrimônio Social	1,00	1,00
Patrimônio Integralizado	1,00	1,00
Superávits / Déficits Acumulados	239.853,54	200.011,34
(+/-) Superávit/Déficit do Período	62.070,31	(84.878,63)
Superávit Acumulado	177.783,23	284.889,97
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2.977,17	2.977,17
Bens em Posse da Entidade Pertencentes a Terceiros	2.977,17	2.977,17

O resultado abaixo discriminado demonstra as receitas e despesas do período em que a entidade passou a ter sede em Brasília-DF, e indica Déficit de R\$ 84.878,63 (oitenta e quatro mil e oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos)

O resultado foi assim apurado:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	825.850,43
Receitas de Patrocínios	825.850,43
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(8,13)
Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional	(8,13)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	825.842,30
(-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
(=) SUPERAVIT OPERACIONAL BRUTO	825.842,30
(-) DESPESA OPERACIONAL	(926.255,34)
Despesas Administrativas	(976.742,63)
Despesas Financeiras	(70.559,26)
Despesas Tributárias	(15.254,89)
Outras Receitas Operacionais	136.301,44
(=) DEFICIT OPERACIONAL LÍQUIDO	(100.413,04)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	15.534,41
Outras Receitas de Convênio e Doações	227.287,20
Outras Despesas	(232.263,24)
Outros Ganhos e Perdas	20.510,45
DÉFICIT	(84.878,63)

Conforme explanado no parágrafo anterior, o demonstrativo acima somente referia-se ao período que a entidade estava já sediada em Brasília. Contudo é apresentado abaixo o valor global do Resultado Obtido ao longo de todo o exercício de 2017, ou seja contemplando o total de receitas e despesas de todo o ano de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – ANO 2017 - CONSOLIDADO	
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$4.379.079,44
Prestação de Patrocínios	R\$4.379.079,44
(+) RECEITA OPERACIONAL	R\$145.548,56
Receita Financeira	R\$7.854,00
Outras Receitas	R\$137.694,56
(-) DESPESA OPERACIONAL	R\$3.052.636,95
Mão de Obra direta / administração	R\$459.373,49
Despesas Administrativas	R\$976.742,63
Utilidades e serviços	R\$39.914,07
Repasse direto a federações associadas	R\$224.007,64
Custo com provas e eventos	R\$1.352.599,12
(-) CUSTOS INDIRETOS DA PRODUÇÃO	R\$12.290,32
Materiais de Consumo Indireto	R\$12.290,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS	R\$1.420.004,25
Despesas Gerais da Administração	R\$218.165,16
Despesas Tributárias	R\$114.403,19
Projeto Tokio 2020	R\$334.252,89
Despesas CPB Comitê Paraolímpico Brasileiro	R\$749.834,55
Impostos e Taxas	R\$3.348,46
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$95.116,81
Despesas Financeiras	R\$70.913,25
Despesas Bancárias	R\$24.203,56
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	R\$15.534,41
Outras Receitas de Convênio	R\$227.287,20
Outras Despesas	R\$232.263,24
Outros Ganhos	R\$20.510,45
DÉFICIT DO PERÍODO	-R\$39.885,92

Portanto, em relação ao exercício de 2017, a entidade incorreu em Déficit no valor de R\$ 39.885,92 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Ressalte-se que embora na primeira demonstração tenha havido um déficit R\$ 84.878,63 ele foi compensado pelo superávit dos 3 primeiros quadrimestres, quando houve um superávit de R\$ 44.992,71, restando portanto ao final do exercício um déficit consolidado de R\$ 39.885,92

2.3 – DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

A empresa prestadora dos serviços contábeis é a AVCONT Solução Empresarial e Assessoria Contábil, registrada sob o CNPJ nº 10.743.108/0001-28, que tem como responsável técnico Fernanda Veras Oduaia, CRC/DF – 020.508/O – Contadora.

Os serviços contratados compreendem, além do registro contábil dos fatos, os relativos ao setor de pessoal, incluindo a emissão de Recibos de Pagamentos a Autônomo e geração de guias para pagamentos de tributos e contribuições sociais, previdenciárias e trabalhistas; e pelo setor fiscal, que envolve a emissão de declarações econômico-fiscais.

3. RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações contábeis auditadas, compreendidas pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2017.

3.1 – ATIVO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do subgrupo totaliza R\$ 315.916,92 (trezentos e quinze mil e novecentos e dezesseis reais e noventa e dois centavos) e tem a seguinte composição:

ATIVO CIRCULANTE	2017
DISPONIBILIDADES	300.321,74
DESPESAS ANTECIPADAS	32,95
OUTROS CRÉDITOS	15.562,23
Total	315.916,92

Os títulos acima serão analisados individualmente, a seguir:

3.1.1 – Disponibilidades

Neste grupo, que representa os valores imediatamente disponíveis para aplicação, destacamos os seguintes títulos:

DISPONIBILIDADES	2017
Caixa	1.641,57
Bancos	287.672,18
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	11.007,99
Total	300.321,74

3.1.1.1 – Caixa

Esta conta é composta pelos seguintes Fundos Fixos de Caixa: Vila Velha e Brasília.

Realizamos a análise de documental do controle de caixa e dos comprovantes de algumas operações.

Os saldos estão conciliados.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.1.1.2 – Bancos

O saldo, em 31/12/2017, é de R\$ 287.672,18 (duzentos e oitenta e sete mil seiscientos e setenta e dois reais e dezoito centavos), com a seguinte composição:

BANCOS	VALOR - R\$
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/5844-7	214.911,49
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/3333-9	21.523,49
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/4997-9	0,00
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/5610-0	267,66
Banco Bradesco S/A CC: 07997/0004859-3	754,40
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/3342-8	736,63
Banco do Brasil S/A CC: 1240-8/107877-1	8.034,21
Banco do Brasil S/A CC: 1240-8/110877-8	23.242,20
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/3954-0	9.078,94
Banco Santander S/A CC: 13000130-04	0,00
Caixa Economica Federal CC: 0173/003/5178-6	9.008,16
Caixa Economica Federal CC:0173/003/5179-4	38,00
Caixa Economica Federal CC:0173/003/5180-8	0,00
Caixa Economica Federal CC:0173/003/5181-6	38,00
Caixa Economica Federal CC:0173/003/5182-4	38,00
Banco Bradesco S.A AG: 2313 CC: 84859-0	1,00
Total	287.672,18

Como parte do exame do título, procedemos ao confronto do saldo contábil de todas as contas bancárias com os respectivos extratos bancários.

O saldo está conciliado de acordo com os extratos bancários.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.1.1.3 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações são as seguintes:

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	VALOR - R\$
Bradesco S/A.	60,50
Caixa Fic Ideal RF LP AG:0173 CC: 4997-9	10.550,00
BB Renda Fixa CP 200 AG:1240-8 CC:107877-1	397,49
Total	11.007,99

Procedemos ao exame dos extratos bancários e do Livro Razão.

Os saldos estão conciliados.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.1.2 – Outros Créditos

O grupo está assim composto:

OUTROS CRÉDITOS	2017
Outros Créditos	15.562,23
Total	15.562,23

Trata-se se de diretos e valores diversos, e é composto principalmente pelo saldo de duas contas: Prêmio de seguros - Saldo R\$ 3.583,33 e MOIP - Solução em pagamentos – Saldo R\$ 11.978,40.

Enquanto a primeira conta se refere ao direito adquirido pelo pagamento de seguro de um veículo, a segunda é referente aos valores do MOIP, ferramenta de pagamentos online.

Recomenda-se que a conta referente aos seguros seja remanejada para um grupo do plano de contas que se refira exclusivamente a seguros, contudo a situação atual apresentada

não impacta de forma significativa as demonstrações uma vez que ambas as contas tratam-se de Ativos.

3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2017, o subgrupo totaliza R\$ 90.408,65 (noventa mil quatrocentos e oito reais e sessenta e cinco centavos), e tem a seguinte composição:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2017
IMOBILIZADO	90.266,06
INTANGÍVEL	142,59
Total	90.408,65

Os títulos serão analisados individualmente, a seguir:

3.2.1 – Imobilizado

O grupo está assim composto:

IMOBILIZADO	2017
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	171.042,89
Móveis e Utensílios	41.795,79
(-) Depreciação Acumulada	-122.572,62
Total	90.266,06

Como se pode observar, de forma global, o processo de depreciação está bastante adiantado, o que importa em afirmar que a utilidade dos ativos está próxima ou “com tendência” ao fim da vida útil.

Esta avaliação é importante para o gestor, pois o custo de manutenção dos ativos pode ser maior que o benefício que vem gerando à atividade fim, o que sugere sua troca por ativos mais novos.

Recomenda-se a adoção do procedimento, como forma de oferecer ao gestor a informação gerencial mais próxima da realidade quanto à qualidade do ativo fixo da entidade.

3.3 – PASSIVO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do subgrupo totaliza R\$ 83.110,53 (oitenta e três mil cento e dez reais e cinquenta e três centavos), e tem a seguinte composição:

PASSIVO CIRCULANTE	2017
FORNECEDORES	1.997,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7.119,83
OBRIGAÇÕES FISCAIS	12.726,34
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	36.451,85
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	8.900,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.915,32
Total	83.110,53

Os saldos que compõem o quadro anterior serão avaliados nos itens apresentados adiante:

3.3.1 – Fornecedores

O grupo está assim composto:

FORNECEDORES	2017
FORNECEDORES	1.997,19
Total	1.997,19

O saldo de R\$ 1.997,19 (um mil e novecentos e noventa e sete reais e dezenove centavos) é referente a valores a serem pagos a prestadores e serviços autônomos.

Saldo conciliado.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.3.2 – Obrigações Trabalhistas

O grupo está assim composto:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2017
Salários e Ordenados a Pagar	7.119,83
Total	7.119,83

Trata-se basicamente da obrigação de pagamento das remunerações dos colaboradores da instituição.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.3.3 – Obrigações Fiscais

O grupo está assim composto:

OBRIGAÇÕES FISCAIS	2017
Impostos e Contribuições a Recolher	12.726,34
Total	12.726,34

É composto por obrigações fiscais cujo ainda há obrigação de pagamento. O valor se refere principalmente ao IRRF – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.3.4 - Obrigações Sociais

O grupo está assim composto:

OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2017
---------------------------	-------------

INSS a Recolher	25.015,46
FGTS a Recolher	11.436,39
Total	36.451,85

Abrange obrigações tributárias de cunho social. Alguns exemplos de tributos que compõem esse valor são: INSS, FGTS e PIS.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.3.5 – Empréstimos E Financiamentos A Curto Prazo

O grupo está assim composto:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2017
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	8.900,00
Total	8.900,00

Saldo conciliado.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.3.6 – Outras Obrigações

O grupo está assim composto:

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2017
Outras Contas a Pagar	15.915,32
Total	15.915,32

Saldo conciliado.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios. Trata-se de valores a serem pagos de contas com vencimento futuro, prestadores de serviço etc.

3.4 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do subgrupo totaliza R\$ 123.202,70 (cento e vinte e três mil e duzentos e dois reais e setenta centavos), e tem a seguinte composição:

PASSIVO CIRCULANTE	2017
TÍTULOS A PAGAR A LONGO PRAZO	123.202,70
Total	123.202,70

3.4.1 – Títulos a Pagar a Longo Prazo

O grupo está assim composto:

TÍTULOS A PAGAR A LONGO PRAZO	2017
Títulos a Pagar a Longo Prazo	123.202,70
Total	123.202,70

O saldo de R\$ 123.202,70 (cento e vinte e três mil e duzentos e dois reais e setenta centavos) é referente a valores a serem pagos ao Banco Santander por um empréstimo realizado.

Recomenda-se que a referida conta seja remanejada para conta contábil com descrição que melhor a represente em sua essência, trata-se de empréstimos a serem pagos, contudo a situação atual apresentada não impacta de forma significativa as demonstrações uma vez que está contabilizada em conta de Passivo, que de fato é o agrupamento de contas que reflete as obrigações de uma empresa.

Saldo conciliado.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.5 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do subgrupo totaliza R\$ 200.012,34 (duzentos mil e doze reais e trinta e quatro centavos), e tem a seguinte composição:

PATRIMONIO SOCIAL	2017
Patrimônio Social	1,00
Superávits / Déficits Acumulados	200.011,34
Total	200.012,34

Cabe ressaltar que no início de cada período, o saldo do superávit ou déficit do exercício deve ser transferido para a rubrica de superávit ou déficit acumulado, “zerando” o saldo no início de cada ano.

3.6 – RECEITAS

O grupo apresenta o saldo de R\$ 1.209.941,39 (um milhão e duzentos e nove mil e novecentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos) e está assim detalhado:

RECEITAS	VALOR - R\$
RECEITAS DE PATROCINIOS	4.379.079,44
RECEITAS FINANCEIRAS	7.854,00
OUTRAS RECEITAS	137.694,56
Total	4.524.628,00

Os grupos das “Receitas de Patrocínios” e “Outras Receitas” é a principal receita da instituição. Trata-se de recurso recebido do COB – Comitê Olímpico Brasileiro e CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro.

A Rubrica “Outras Receitas” é composta principalmente por taxas de inscrições, doações e outras pequenas contribuições do tipo e outras receitas de diversas naturezas, mas principalmente reembolsos recebidos e realizados.

A Receita Financeira é composta por valores correspondentes a rendimentos aplicações financeiras.

As “Outras Receitas” são provenientes de reembolsos e inscrições.

Analisamos diversos registros e constatamos a adequação dos procedimentos.

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.7 – DESPESAS

O total das despesas do exercício auditado, de R\$4.812.311,57 (quatro milhões oitocentos e doze mil e trezentos e onze reais e cinquenta e sete centavos) tem a seguinte composição:

DESPESA OPERACIONAL	R\$3.052.636,95
Mão de Obra direta / administração	R\$459.373,49
Despesas Administrativas	R\$976.742,63
Utilidades e serviços	R\$39.914,07
Repasse direto a federações associadas	R\$224.007,64
Custo com provas e eventos	R\$1.352.599,12
CUSTOS INDIRETOS DA PRODUÇÃO	R\$12.290,32
Materiais de Consumo Indireto	R\$12.290,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS	R\$1.420.004,25
Despesas Gerais da Administração	R\$218.165,16
Despesas Tributárias	R\$114.403,19
Projeto Tokio 2020	R\$334.252,89
Despesas CPB Comitê Paraolímpico Brasileiro	R\$749.834,55
Impostos e Taxas	R\$3.348,46
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$95.116,81
Despesas Financeiras	R\$70.913,25
Despesas Bancárias	R\$24.203,56
Outras Despesas	R\$232.263,24
Outras Despesas	R\$232.263,24

As despesas da entidade foram analisadas conforme a técnica de auditoria confrontando os lançamentos contábeis, com os pagamentos e recibos/notas fiscais.

A conta Mão de obra direta – Administração Salários e ordenados, é composta pelos valores referentes a Salários e ordenados, Horas extras, INSS, FGTS, Alimentação, Diárias e ajudas de custos, Remuneração de Dirigentes Estatutários, Anuênios.

A despesa denominada Utilidades e Serviços, é utilizada para contabilizar os gastos com Energia Elétrica, Telefone, Água/Esgoto, Correios/Telégrafos, Cartório, Manutenção/Conservação Equipamentos.

Federações – Repasses são referentes a despesa de transferência de recursos a: (FEBATRI - Federação Baiana de Triathlon, FTB - Federação de triathlon Brasileira, FECATRI - Federação Capixaba de Triathlon, FEGOTRI - Federação Goiana de Triathlon, FEPATRI - Federação Paraense de Triathlon, FETRIP - Federação de triathlon da Paraíba, FTTRI - Federação Tocantinense de Triathlon, Fetriam – Federação de Triathlon do Amazonas, SPTRI - Federação Paulista de Triathlon, FMTTri - Federação Matogrossense de Triathlon, FATRI - Federação Acreana de Triathlon, CBDN - Confederação Brasileira de Desporto na neve)

Os gastos com “Custo com Provas e Eventos” referem-se a: Ajuda de Custo/Apoio, Premiação em Provas e Eventos, Locação de Equipamentos/Veículos, Cronometragem e Arbitragem, Material de Apoio, Fotografia/Filmagem, Organização e Promoção de Eventos/Provas, Outras Despesas com Provas e Eventos, Material Esportivo e Uniformes, Trofeus e Medalhas, Viagens/Passagens/Hospedagens.

Materiais de consumo indireto, é utilizada para contabilização dos gastos com material de uso e consumo, material de expediente.

As “Despesas gerais da administração” referem-se a: Serviços de terceiros P. física, Serviço de terceiros P. jurídica Seguros Despesas Diversas Serviços de Limpeza Internet

Advocacia Honorários Contábeis Reembolso de Despesas Diversas Alugueis Condomínio Alimentação Anúncios e Publicações.

A conta Projeto Tóquio 2020, traduz os gastos referentes a Serviços Profissionais Autônomos P.F, Ajuda de Custo Atletas Projeto Tokio 2020 Plano de Saúde envolvidos com o projeto.

A conta “CPB Comitê Paraolímpico Brasileiro” são as Despesas Comitê Paralímpico Brasileiro, 13º Salário, Ajuda de Custo para Viagens/Hospedagens, Despesas com Viagens/Hospedagens, Serviços Desportivos Paralímpicos, Locação de Veículos/Equipamentos

A despesas de Impostos e Taxas referem-se a IPTU e ISS.

As Despesas Financeiras referem-se ao custeio de Juros Passivos.

Despesas Bancárias representam o montante a título de tarifas bancarias

As “Outras Receitas de Convênio” são referentes a: Reembolsos diversos e Inscrições Diversas.

A conta “Outras Despesas” refere-se a Repasse as Federações.

Após análise de diversas transações, principalmente no que se refere às flutuações de saldos mensais das despesas, conclui-se pela regularidade dos saldos.

Cabe ressaltar que intensifiquem os controles administrativos

Os resultados obtidos no exame deste item foram satisfatórios.

3.8 – CERTIDÕES NEGATIVAS

Durante o trabalho da auditoria, requeremos a emissão das certidões e nos foram apresentadas as seguintes, as quais comprovam a regularidade de pagamentos da Entidade:

Certidão
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União – Receita Federal do Brasil
Certidão Negativa da Dívida Ativa – Secretaria da Fazenda do DF
Certidão Negativa dos Débitos Trabalhistas – TST
Certidão de Regularidade do FGTS

4. CONTROLE INTERNO

Analisamos os procedimentos que envolvem as prestações de contas é em relação ao controle interno, verificamos melhora considerável e procedimentos saudáveis em uso.

Não obstante à melhoria evidente, recomendamos reforçar os controles sobre os seguintes pontos que foram analisados:

4.1 – Assinatura dos Recibos

Durante o trabalho da auditoria, identificamos recibos que se encontram sem assinatura.

Recomendamos que a exigência da assinatura dos recibos emitidos seja feita de forma mais rigorosa.